

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM, empresas do Conglomerado Rendimento, estão presentes no mercado de câmbio turismo, desde 1989, em matizes em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, travelers cheques e/ou cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes. Através do Banco Rendimento, a Cotação DTVM S/A, também, realiza transferências internacionais e compra de cheques em moeda estrangeira. A Cotação DTVM S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Conglomerado Rendimento, cujo resultado em Junho de 2013 foi de 14,37%.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, participam da estrutura de Governança Corporativa e controles internos do Conglomerado Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Na estrutura de Controles Internos, se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a Área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria. A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez

(Resolução 2.804/00), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas nas operações de câmbio e outras ações, descausando de prazos e moedas em suas operações, falhas em processos e situações decorrentes de gestão de liquidez. A gestão de riscos abedece aos dispositivos legais e normativos, e possui estrutura própria e independente, apartada das áreas comprometidas com resultados.

Risco Operacional

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, se utilizam da estrutura do Conglomerado Rendimento que, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, após aprovação pela Diretoria, implementou a Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê, vinculada diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação.

A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas, institucionalizadas através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e tem por objetivo a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouviodoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Instituições, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, a Ouviodoria e tem como função essencial ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. O dispositivo de Ouviodoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das respectivas áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das instituições com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO	Notas	2013	2012
Circulante		41.804	19.352	Circulante		39.865	15.940
Disponibilidades	3	30.878	11.866	Outras obrigações		39.865	15.940
Aplicações em operações de liquidez	4	3.881	1.639	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		241	244
Aplicações em operações compromissadas		3.881	1.639	Carteira de câmbio	9	24.048	5.265
Outros créditos	6	6.040	4.503	Fiscais e previdenciárias	10	6.507	4.064
Diversos		6.040	4.503	Diversas	11	9.069	6.367
Outros valores e bens		405	1.344	Exigível a longo prazo		20.267	13.639
Despesas antecipadas		405	1.344	Outras obrigações		20.267	13.639
Realizável a longo prazo		30.051	17.932	Fiscais e previdenciárias	10	18.865	13.639
Outros créditos	6	28.841	17.932	Diversas		1.402	
Diversos		28.841	17.932	Patrimônio líquido		23.908	20.923
Outros valores e bens		1.210	-	Capital de investidores no País		12.501	8.170
Despesas antecipadas		1.210	-	Reservas de lucros		6.131	12.753
Permanente		12.185	13.210	Lucros acumulados		5.276	-
Investimentos		1.465	4.674				
Participação em controladas		1.434	4.842				
Títulos patrimoniais		-	-				
Outros investimentos		31	25				
Imobilizado de uso	7	8.184	7.756				
Imóveis de uso		22	22				
Outras imobilizações de uso		14.935	13.185				
(Depreciações acumuladas)		(6.773)	(5.451)				
Diferido	8	120	310				
Gastos em imóveis de terceiros		1.833	1.833				
Gastos com logísticas		1	1				
(Amortização acumulada)		(1.714)	(1.524)				
Intangível		2.416	278				
Outros ativos intangíveis		3.275	1.001				
(Amortização acumulada)		(859)	(723)				
Total do ativo		84.040	50.502	Total do passivo		84.040	50.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.170	2.381	6.337	-	-	16.888
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.535	4.535	-
Constituição de reserva especial	-	4.035	(4.035)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(500)	(500)	(500)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	8.170	2.381	10.372	-	-	20.923
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.170	1.681	13.177	-	-	23.028
Aumento de capital	4.331	-	(4.331)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.080	6.080	-
Constituição de reserva legal	-	304	(304)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	(4.700)	-	(4.700)	(4.700)	-
Distribuição de juros sobre o capital	-	-	(500)	(500)	(500)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	12.501	1.985	4.146	5.276	23.908	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. **e) Imobilizado, diferido e intangível** - Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benefícios em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuído, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.556/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseadas nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos

contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - Fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidades (Nota 5)	30.878	11.866
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	3.881	1.639
Total	34.759	13.505

	2013	2012
Caixa	2.957	3.097
Depósitos em moeda nacional	2.858	2.712
Disponibilidades em moedas estrangeiras	25.063	6.057
Total	30.878	11.866

6. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2013	2012
Posição bancada - vencimento até 30 dias	3.881	1.639
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-
Total	3.881	1.639

7. Outros créditos - Diversos

	2013	2012
Circulante	9.927	4.480
Adiantamentos e antecipações salariais	727	550
Impostos a compensar	2.642	1.643
Devedores diversos - país	6.044	2.116
Valores a receber sociedade ligada (Nota 12a)	14	60
Outros	500	111
Realizável a longo prazo	25.554	17.955
Crédito Tributário (Nota 11b)	7.758	5.455
Devedores de depósitos em garantia (Nota 15b)	17.796	12.500
Outros	-	-
Total	35.481	22.435

8. Investimentos em controladas

	2013	2012
Patrimônio líquido	1.434	4.842
Lucro líquido do semestre	406	2.154
Percentual da participação	100%	100%
Valor do investimento baseado na equivalência	1.434	4.842

(i) Em 21 de fevereiro de 2013 foi realizada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 700 mil. (ii) Em 21 de junho de 2013 foi realizada redução de capital da ACTION S/A DTVM, no montante de R\$ 3.566 mil.

9. Imobilizado de uso

	% Taxa de depreciação anual	2013	2012
Edificações	4%	22	22
Instalações	10%	7.391	6.577
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.114	1.920
Sistema de comunicação	10%	1.297	837
Sistema de processamento de dados	20%	2.394	2.273
Sistema de segurança	10%	1.435	1.306
Sistema de transporte	20%	315	272
(=) Total		14.958	13.207
(-) Depreciações acumuladas		(6.774)	(5.451)
Total imobilizado		8.184	7.756

10. Outras obrigações a) Carteira de câmbio - O saldo de R\$ 24.048 (R\$ 5.265 em 2012) é proveniente das operações de câmbio sobre "travelers cheque" e "visa travel money" a liquidez.

b) Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Circulante	4.455	2.454
Provisão para impostos sobre o lucro	1.796	1.532
Impostos e contribuições sobre salários	256	78
Outras	6.507	4.064
Exigível a longo prazo	18.865	13.639
Provisão para riscos fiscais (Nota 15b)	18.865	13.639
Total	25.372	17.703

c) Diversas

Descrição	2013	2012
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	4.657	3.784
Valores a pagar - Sociedades ligadas (Nota 12a)	209	316
Créditos diversos - País (i)	5.105	2.228
	9.971	6.328

Exigível a longo prazo

	2013	2012
Passivo trabalhista	500	40
Total	10.471	6.368

(i) Operações de câmbio pendentes de liquidação.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2013 e 2012

	2013	2012
Descrição	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e de participações no lucro	9.404	6.178
Adições	3.180	3.114
Provisão para riscos fiscais	2.577	2.577
Contingências trabalhistas	120	120
Outras contingências	60	60
Remuneração variável de dirigentes	110	44
Outras	313	313
Exclusões:	1.211	1.211
Resultado de equivalência patrimonial	406	406
Participações estatutárias no lucro	112	112
Reversão de provisões indutivas	202	202
Outras	491	491
Total do imposto de renda e da contribuição social	(1.911)	(1.221)

b) Créditos tributários - Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indutivas. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento a reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada, periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 31/12/2012	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2013
Descrição				
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	6.515	1.031	-	7.546
Provisão para contingências	-	212	-	212
Total	6.515	1.243		